



APONTAMENTOS E SUGESTÕES PARA DISCUTIR A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3577

Manoel Adir Kischener, UEM
Everton Marcos Batistela, UTFPR

Resumo

São bem-vindas as novas formas de interpretar e os novos autores com enfoques diversos da História tradicional? A adesão geralmente não ocorre sem contestação, especialmente se destoar dos cânones estabelecidos, pois há uma distância, agora irreversível entre o que o Ocidente propôs e os outros universos culturais, paralelos que continuam a existir (GODELIER, 1993) e, os modelos de interpretação dentro da perspectiva moderna se universalizaram, priorizando alguns enfoques ou locais em detrimento de outros. O artigo parte da pesquisa bibliográfica e da própria vivência e leitura do primeiro autor enquanto historiador de seu tempo, da perspectiva da História presente, pois existe “(...) uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade” (RÉMOND, 2014, p. 13) e, essas alterações, são próprias da ciência que cada um faz parte. Disso, objetiva-se sugerir propostas de estudo e vieses de interpretação onde, necessariamente a História deverá se aproximar de outras áreas. Entre os autores sugeridos como abordagens teóricas, estão Alberto Guerreiro Ramos, André Rebouças, Antônio Cândido, José de Souza Martins e, Jared Diamond, Henri Lefebvre, Karl Polanyi, Svetlana Alexijevich, Theodore Dalrymple, Yuval Noah Harari, Wolfgang Streeck, dentre outros. Deseja-se abrir mais frente no debate sobre o que é, ou o que pode ser entendido como História. Questionar a primazia de interpretações ditas tradicionais, no entanto, sem as desqualificar, mas sugerindo mudanças, adaptações, reparos, articular temáticas novas, “novos domínios”, abrir espaço na fronteira daquilo que tradicionalmente está fechado ao terreno da ciência do histórico, se faz necessário e é salutar à própria, acredita-se.

Palavras Chave:

História; temas e autores; conceito e quebra de paradigma.

Introdução/Justificativa

A crise paradigmática = crise da sociedade ou crise da ciência histórica?¹

A descrença no paradigma da ciência moderna só aumenta, o paradigma da complexidade se fortalece, mas talvez ainda não se tenha terreno para uma revolução científica, na acepção de Kuhn (2009); que se vive um momento de ciência normal que não consegue mais responder aos questionamentos desta época, emergindo uma ciência extraordinária (MORIN, 2010, p. 51), não há dúvida.

A padronização, a ocidentalização do mundo, o modelo imposto desde o século XIX, dá sinais de colapso em todas as instâncias. Há uma distância, agora irreversível entre o que o Ocidente propôs e os outros universos culturais, paralelos que continuam a existir (GODELIER, 1993).

A História enquanto ciência não está imune, não está apartada desta realidade. Ela mesma vive a crise. É na História moderna a partir das grandes navegações em que se instaura, se inicia aquilo que se convencionou chamar de eurocentrismo (expandido para os Estados Unidos depois, se transfigurando no *american way of life*) levando mundo afora a consolidação do modelo de ciência iniciando, entre outros, com Isaac Newton e René Descartes.

Essa expansão teve razões econômicas, mas também tinha o intento de levar a civilização aos “(...) que não haviam tido a sorte de se desenvolver na mesma área do mundo em que os europeus do Norte se haviam constituído” (ALEXANDER, 1997, p. 172), prevalecendo este ponto de vista, esta perspectiva, pois, a Europa “(...) pertence

irrevogavelmente ao ‘jogo’ do poder, às linhas de força e permissão, ao papel de dominante” (HALL, 1996, p. 73).

Os modelos de interpretação dentro da perspectiva moderna se universalizaram. E ainda hoje, se estuda muito mais da História *global* do que a própria *local*. Estuda-se muito menos a África, a América e a Ásia do que a História e a memória da Europa. A periodização (antiga, medieval, moderna e contemporânea), por exemplo, se adequa ao continente europeu, ficando sem sentido para a maior parte do mundo (LE GOFF, 2012).

Dentro da perspectiva da História moderna, dual (no enfrentamento, nas posições, nos lugares), de períodos (das “idades”), da Europa (especialmente) e dos Estados Unidos para o mundo, não interessava estudar as “outras” histórias e elas pouco poderiam contribuir às grandes análises, generalizações ocorriam sempre a partir de *lá*, para *cá*.

Só depois da crise do socialismo real e do fim da História (FUKUYAMA, 1992) é que entram em voga, ou se popularizam as histórias regionais, que não a da generalizante europeia. Apesar de toda uma trajetória de estudos neste sentido da *École des Annales*, na França, e do marxismo renovado inglês, especialmente com Edward P. Thompson.

No Brasil, por exemplo, a Lei 10.639/2003 estabelece que se trate da História e da cultura afro-brasileira; posteriormente a Lei 11.645/2008 estabelece o ensino da cultura indígena como obrigatórias no currículo oficial; ambas emendando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei

¹ Essa parte foi elaborada para a disciplina de Epistemologia Ambiental do Programa de Pós-

Graduação, em nível de Mestrado em Desenvolvimento Regional que o primeiro autor cursou.

9.394/1996²); forçando, por lei, o estudo de “elementos” (povos, etnias) fundantes da própria história do país, entrando em rota de estudos, consequentemente o continente africano, quando antes, se privilegiava o estudo da Europa (comumente dito como a “História universal”).

Na *peleja* da História, acreditem, poderá se lançar mão do que argumenta Ianni (1998), a respeito das ciências sociais, que muito do que parecia posto “(...) em termos de conceitos, categorias ou interpretações parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos” (IANNI, 1998, p. 33), colocam-se, conforme o mesmo autor, “(...) novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos” (p. 34), pois, se o acervo atual se revela carente, insatisfatório para compreender as diferentes realidades sociais, exige-se a “(...) reelaboração ou mesmo dependente de novos conceitos, categorias ou leis” (idem, p. 36).

Assim, a renovação dos estudos históricos no ensejo de perspectivas de tratar de temas marginalizados, apesar dos avanços de escolas como Annales, a Micro-história, a Cultural, das Mentalidades, a Nova História Política, dentre outras, ainda há temas pouco explorados e ainda se adere mais àqueles autores considerados clássicos ou dentro de um seletivo grupo que os professores de graduação ou mesmo pós acabam por sugerir aos alunos, de certa forma, fragmentos (e não obras inteiras), muitas vezes com o déficit de anos do lançamento do país de origem do autor. Nesse sentido, a perspectiva é apresentar, de forma, introdutória, autores de diferentes áreas, com o intento de diálogo e troca, pois, acredita-se que os métodos, as técnicas, as formas de construção do conhecimento das áreas com afinidades poderão legar à

História ao menos, abertura conceitual.

Objetivos

O artigo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica (anotações de leitura) e da própria vivência e leitura do primeiro autor enquanto historiador de seu tempo, de uma perspectiva de uma *História presente*, pois existe “(...) uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade” (RÉMOND, 2014, p. 13), alterações estas, próprias da ciência que cada um faz parte, pois na relação tripartite com o tempo, o passado “(...) não reconhece o seu lugar: está sempre presente” (QUINTANA, 2005, p. 285).

Dentro da crise do conceito de História, tributário da história moderna, objetiva-se apresentar autores que trazem à tona a necessidade de outros conceitos e propostas de estudo e vieses de interpretação, também as recorridas e aproximações temáticas possíveis em se pensando estudos rurais, primeiramente. Em futuros estudos poderá se ampliar o leque de possibilidades e temáticas além rural.

Poderá se questionar a validade dessa escrita. Argumenta-se da quase inexistência de cruzamentos de outras áreas com a História e, mesmo nos espaços acadêmicos há pouco incentivo no sentido de dinamizar e estimular um diálogo (urgente) entre as ciências sociais.

Ao contrário, percebe-se, cada vez mais, o fechamento em si. E, assim, restam poucas possibilidades de troca, de formação universalista, ao menos àqueles alunos que têm algo a perder, bolsas e incentivos, pois, do contrário, há condicionamento e imposição de determinados autores e, não há, na maioria dos centros acadêmicos, em liberdade absoluta, a possibilidade de fazer uso da

² Leis podem ser acessadas no portal da legislação: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 16/06/2013.

curiosidade acadêmica e a busca pela formação sempre aberta (o que a maioria espera é se definir logo pela teoria mais “revolucionária” possível e se considerar “formado”, seguindo seus *mestres*).

Resultados

Propostas de estudo e vieses de interpretação: recorridas e aproximações temáticas

O presente demanda outros olhares, outras interpretações, logo, *novos domínios*. Impõe-se estudar, explorar, revelar o conceito de História vigente. Revelá-lo, “(...) abrir cirurgicamente para ver o que ficou recalcado e reprimido quando esses conceitos se estabeleceram como verdades hegemônicas”, utilizando-se dos próprios conceitos e leis que se deseja desestabilizar, “(...) trabalhar com eles como um modo de neutralizá-los, reinscrevê-los de forma diferente” (BERGSTEIN, 1994, p. 157).

Necessariamente a História deverá se aproximar das outras ciências. E não só com aquelas que já se faz, mas da Economia, da Sociologia Rural. Assim como as ciências sugeridas para a aproximação denotam (com o uso e abuso de seus métodos e técnicas, por que não?!), também a proposta vai ao encontro de sugestões de estudo no meio rural, inicialmente.

Enquanto programa de sugestões de estudo e/ou análise, no Brasil, algumas, tais como, o estudo dos movimentos sociais, dos pobres do campo, dos acontecimentos ditos pela escrita tradicional que insistem em qualificar ou mesmo desqualificar e associar passividade, como os pronunciados messiânicos e ainda pouco estudados, a despeito de terem sido os que receberam maior repressão das forças armadas no Brasil, como Canudos, na Bahia (1896-1897), Canudinho de Lages, Santa Catarina (1897), Contestado, na região em litígio do Paraná e Santa

Catarina (1912), Revolta dos Posseiros (1957), no Sudoeste do Paraná, por exemplo.

A proposta de “democracia rural” apresentada pelo abolicionista André Rebouças ainda no século XIX, a permanência e o sentido das relações de clientela e subserviência política no interior do país, o banditismo social, a questão indígena entre outras, com crítica atual ao sistema eleitoral brasileiro, sendo visto como um “(...) hediondo maquinismo eleitoral, com o qual o governismo pode fazer, hoje ou amanhã, à vontade, uma câmara unânime vermelha, branca ou amarela, conforme lhe der o capricho?” (REBOUÇAS, 1988, p. 97, escrita atualizada ao português de agora).

Tendo na “A sociabilidade do homem simples” como sugere Martins (2011), proposta de estudo. Ao estudo de comunidades rurais, poderá agregar muito se a perspectiva de Lefebvre (2011) ser considerada. Nesse mesmo sentido, poderá se *fazer uso* de autor nacional pouco estudado como referencial teórico, trata-se de Cândido (2010), que junto ao autor francês poderá apontar novos olhares sobre os estudos rurais, em especial naquelas regiões onde a modernização da agricultura não transformou as relações sociais, a sociabilidade do homem do campo, o homem simples (Martins, 2011).

Destoando e trazendo à baila um autor estrangeiro, Diamond (2012), entre uma série de apostas que beneficiam a interpretação da História aproximando a genética e outras ciências, cita-se o capítulo “Como a África tornou-se negra”, com instigantes provocações e informações, em tempo, que muitos fazem do relativismo a teoria, como que se a História pudesse ser vista como forma de recuperação, *vendeta*, voltasse ao passado, enfim. Dentre outras teses, a de que “(...) a maioria das plantas silvestres da África meridional era imprópria para a domesticação” (DIAMOND, 2012, p. 389), trazendo elementos do porquê da “diáspora” dos primeiros homens para

além do continente africano e, também, aposta-se, para explicá-lo, mesmo que em parte, sobre a situação atual.

Em perspectiva semelhante, Harari (2015), autor do best-seller “Sapiens”, propõe uma série de teses interessantes e, que podem beneficiar outros olhares, por exemplo, em relação a discriminação e a ideia de pureza na América, de que não existe justiça na História, escreve: “Com frequência, a discriminação tende a piorar com o tempo, e não a melhorar (...) Os que foram vítimas da história uma vez tendem a ser vitimados novamente. E aqueles que a história privilegiou tendem a ser privilegiados novamente” e, com teor de discussão ambiental, adentrando a temática do presente, do futuro: “(...) os humanos parecem mais irresponsáveis do que nunca (...) estamos destruindo os outros animais e o ecossistema à nossa volta, visando a não muito mais do que nosso próprio conforto e divertimento, mas jamais encontrando satisfação” (HARARI, 2015, p. 151 e 428).

Alves (2003), como os estudos genealógicos já vem – há anos – apontando novas perspectivas de estudo e de entendimento da História. Do cruzamento de dados se pode chegar à árvore genealógica, que interessa a quem deseja, por exemplo, ter passaporte ou cidadania de determinada nação e, também, demonstrar o quão miscigenado está o Brasil e, mesmo o quanto há de silenciamentos a respeito dos sobrenomes, das origens das pessoas, especialmente das mulheres que, via de regra, até pouco tempo, nos enlances matrimoniais, “perdiam” o sobrenome. Portanto, da consciência e do estudo da própria História, com outro olhar, outra perspectiva, a genealogia pode legar a História.

A perspectiva de Karl Polanyi (2012) que, dentre outros instigantes aspectos e provocativos, apresenta uma crítica a perspectiva centrada na análise de classes, afirmando: “O destino das classes

é determinado pelas necessidades da sociedade muito mais que o destino da sociedade pelas necessidades das classes” (POLANYI, 2012, p. 362).

Martins (2014) na obra “Uma sociologia da vida cotidiana”, em especial no capítulo *O branco da consciência negra* apresenta-se outra perspectiva de reflexão a respeito desta efeméride tão destacada nos tempos recentes, entendida como uma construção social, fundamentalmente a partir da ascensão dos novos movimentos sociais e por aquilo que o próprio José de Souza Martins afirma ser. Desta forma, muito além do mero dia da “consciência negra” amplamente difundido, acriticamente, nas escolas de educação básica, a partir do texto citado se poderá refletir e mesmo sugerir o início de reflexão sobre essa temática na escola, pois, essa mistificação que se tem feito sobre a data, 20 de novembro (ao invés do 13 de maio), “(...) faz do negro um branco, o branco que não sabe pensar nem ver o mundo além do horizonte branco da privação da humanidade que impôs ao outro” (MARTINS, 2014, p. 190), desta forma, segundo o autor, forçando a “consciência” que se delega ao negro “Não faz dele um cidadão informado pelos clamores justos e necessários da consciência negra”, bem como “Mistificar a história e a consciência da própria desumanização é alienação, pura e simples” (idem, p. 190 e 191). Nesse sentido, sugere-se refletir sobre esses questionamentos: qual História será possível? o que refletir nesta data? como não cair na adesão de *consciência* da efeméride? como propiciar ao aluno ir além da espécie de *modismo de consciência* que tem prevalecido nas escolas? Estas e outras questões poderão suscitar outras, que poderão permitir ao professor de História e ao aluno e, assim poderão libertar o negro que existe em si, pois “(...) ele só será livre e emancipado se libertar e emancipar o branco que se apossou não só do seu corpo na escravidão, mas também de sua alma na liberdade que lhe deu” (MARTINS, 2014, p. 191).

Ramos (1996) que, com o conceito de “redução sociológica” muito nos questiona a respeito das teorias já estabelecidas que, dentre outros critérios “Não pretende opor-se à prática das transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade” (RAMOS, 1996, p. 73), portanto, muito mais que aderir aos modismos estrangeiros (como mesmo neste texto poderão apurar apressadamente), faz-se mister selecionar, testá-los por aqui, diferentes que somos do resto do mundo, mesmo com algumas similaridades.

Ou mesma a sugestão de Streeck (2012), para o estudo da História econômica ou mesmo cultural de nosso tempo, já que se vive a sociedade capitalista. Este sociólogo econômico argumenta que o capitalismo contemporâneo deve ser visto como um *modo de vida* e não apenas em seus aspectos econômicos, sendo entendido “(...) como um *modo de vida* moldado por múltiplas interações entre a expansão do mercado, estrutura e valores coletivos do mundo da vida social e política social governamental” (STREECK, 2012, p. 4, tradução do primeiro autor). Aceitando-se que se vive em uma sociedade onde cada vez mais as pessoas têm acesso a bens de consumo duráveis e têm consumido, aderido às culturas alimentares de outros países, saindo da condição de miserabilidade e, adentrando “espaços de consumo” antes jamais imaginados; mesmo que sob o controle do dinheiro, este condicionando, mas inegavelmente a sociedade tem avançado no sentido de democratizar, ao menos aquilo que pode gerar renda, lucro, a alguns, ao menos. Desta forma, como o historiador, especialmente aquele que deseja entender o seu próprio tempo, pode estudar este amplo movimento de pessoas rumo a espaços antes demarcados, a mobilidade social dos últimos anos? Entender o sistema capitalista da forma que Streeck

(2012) sugere, poderá auxiliar.

Mesmo a vencedora do Nobel de Literatura de 2015, a escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Alexijevich que, segundo a academia sueca recebeu o prêmio “(...) pelos seus escritos polifônicos, um monumento ao sofrimento e coragem em nosso tempo”³, em que nos questiona nas interpretações clássicas que aprendemos nas Universidades e mesmo na educação básica a respeito da *Revolução Russa* e mesmo sobre o chamado *Socialismo Real* com seu provocativo livro “O fim do homem soviético”. A muitos ocorrerá a tentativa de desqualificar por esta não ter o grau de historiadora, mas quantos dos bons livros e relatos históricos não foram escritos por não historiadores? Aliás, com escrita mais acessível? Atualmente, acredita-se, para ser *histórico* e para que ocorra a plena aceitação dos pares dominantes na interpretação da ciência histórica, deve-se escrever de forma incompreensível (demonstra erudição), muitas notas de pé de página (um vício de graduação legado pelos professores mais estruturalistas). Muitas contribuições à História, enquanto escrita, vem sendo dada por escritores à margem dela. Vale a pena conferir e até mesmo questionar seus métodos, mas não se pode ignorar que trazem acréscimos às interpretações antes elevadas a patamares incontestáveis e dogmáticos. Pois, como expõe Dalrymple, citando as grandes lições de Leopold von Ranke nos legou: “(...) a história retrata aquilo que aconteceu, o que implica dizer *tudo* o que aconteceu” (DALRYMPLE, 2015, p. 25), portanto, são estes outros pontos de vista, como o de Svetlana Aleksievitch que podem auxiliar a uma interpretação do todo histórico. A autora relata o drama dos ex-soviéticos após o que conceitua como “o fim do homem soviético”, isto é, após derrocada do chamado socialismo real: “Achávamos que a liberdade era uma coisa muito

³ Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literat

http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literat/laureates/2015/>. Acesso em 31/01/2017, tradução do primeiro autor.

simples. Pouco tempo se passou, e nós mesmos nos curvamos sob o seu fardo, porque ninguém nos ensinou o que era a liberdade”, ou como comenta uma de suas entrevistadas, Olga V.: “A morte era a liberdade...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 25 e 305).

Nessa mesma linha, Dalrymple (2016) se questiona do porque os intelectuais europeus estão se rendendo ao barbarismo, na nova síndrome de Vichy que passa a assombrar aquele continente. Aposta na defesa de certa permanência ou tradição, ausências destas que levam a Europa ao atual colapso, no entender do autor, pois “Uma saudável sociedade moderna deve saber como se preservar à medida que muda, ou seja, saber conservar durante a reforma” (DALRYMPLE, 2016, p. 180). Em época de frequentes medos, reais ou fabricados, estimulados com algum propósito nada humanitário, dos ataques terroristas e das imigrações constantes, por exemplo, a leitura deste psiquiatra inglês poderá nos legar questionamentos muitas vezes distantes da História.

A ideia foi transgredir e suggestionar. Pois, como afirma Rouanet (1998), a História contém certa dualidade formativa, por assim dizer, pois:

“As humanidades são ao mesmo tempo ordem e transgressão. São habitadas por um ideal normativo implícito, por um sonho de harmonia, de equilíbrio e perfeição; mas como essa ordem está permanentemente em contradição com todas as ordens existentes, elas são permanentemente em contradição com todas as ordens existentes, elas são permanentemente transgressoras. A busca da ordem passa pela transgressão, o que significa que elas só podem realizar-se na democracia, a mais frágil das construções humanas e a mais valiosa. Como ensinamento, mas também como jogo, como trabalho do

pensamento e trabalho do imaginário, como anamnésis, consciência crítica e antecipação utópica, elas são indispensáveis numa sociedade livre e precisam dela para viver. No Brasil democrático que começamos a construir, chegou o momento de reinventar as humanidades” (ROUANET, 1998, p. 330).

Reinventar as humanidades? Será possível? Abrir novos espaços, alterando suas características ou fazer dela uma ciência includente de todos os processos históricos?

Considerações finais

Deseja-se abrir mais frente no debate sobre o que é, ou o que pode ser entendido como História. Questionar a primazia de interpretações ditas tradicionais, no entanto, sem as desqualificar, mas sugerindo mudanças, adaptações, reparos, articular temáticas novas, “novos domínios”, abrir espaço na fronteira daquilo que tradicionalmente está fechado ao terreno da ciência dura, acreditem, a História.

Das sugestões de temas e aberturas aqui sinteticamente apresentados, apenas respondem a isso. Apresentar.

Espera-se que, da leitura deste pequeno panfleto, surjam indagações e possibilidades de escrita e de diálogo, preservando sempre a tradição acadêmica, da escrita de resposta.

Urge sair daquilo que Theodore Dalrymple definiu como *historiografia do nada exceto*, ou seja, aquela em que “(...) uma longa narrativa é formulada a partir de alguns fatos especialmente selecionados, a fim de se construir uma chave de leitura que visa interpretar todo o resto” (DALRYMPLE, 2015, p. 24). Especialmente para os estudos rurais ou aquilo que se convencionou entender como *mundos do trabalho* na historiografia de orientação marxista, a máxima vale,

pois esta tem sido opção cara a esta tradição e, com ela, a realidade rural brasileira têm sido espremida, colocada dentro da teoria e não vice-versa. Generalizações, perspectivas ditas do todo, deslocamentos de análises de outras realidades para outras, isso tudo pode e deve ser estimulado a contestar, dialogar sobre outras formas de fazer e perceber a história, pois muito além do que *a História nos diz aquilo que queremos ouvir* (ironia de DALRYMPLE, idem, p. 23), o historiador deve se questionar a respeito de seus métodos, sua orientação teórica e vê-los como processos dinâmicos, não estanques, amordaçantes, e assim contribuir para outras perspectivas.

Será a História tão indelével quanto o tempo? resistirá aos reparos ou investidas conceituais de longa data já sugeridos? se encontra aberta a novas interpretações? Apesar do alerta de Thompson (1981, p. 57): “A história não é uma fábrica real para a manufatura da Grande Teoria, como um Concorde do ar global; também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias”, porém, como afirma Bertonha (2015, p. 66), as “Discussões conceituais, com certeza, são úteis e necessárias, mas, para historiadores, que trabalham mais com o descritivo do que com o normativo, os conceitos e teorias são úteis instrumentos de trabalho, mas não mais do que isso”.

Nesse entremeio, aposta-se no diálogo com os pares rumo à renovação. Um exercício conceitual está sendo preparado⁴ e, talvez, dê maior razão e entendimento das defesas propostas de estudo e vieses de interpretação a partir de novos autores e suas abordagens teóricas na História.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. Trad. Lucas Simone. São Paulo:

Companhia das Letras, 2016.

ALEXANDER, Jeffrey. Aspectos não-civis da sociedade: espaço, tempo e função. Trad. Vera Pereira. **RBCS**, São Paulo, n° 33, ano 12, p. 169-179, fev./1997.

ALVES, Luiz A. **A grande nação**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

BERGSTEIN, Lena. Desconstrução não é uma metáfora arquitetônica. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n° 23, p. 155-166, 1994.

BERTONHA, João F. Transnacionalismo e diáspora: reavaliando conceitos e paradigmas teóricos das imigrações. In: GATTAZ, André; FERNANDEZ, Vanessa P. R. (Orgs.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar**. Salvador: Editora Pontocom, 2015, p. 55-67.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

DALRYMPLE, Theodore. **A nova síndrome de Vichy: porque os intelectuais europeus se rendem ao barbarismo**. Trad. Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____. **Em defesa do preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas**. Trad. Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2015.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. 14ª ed. Trad. Sílvia de S. Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Trad. de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GODELIER, Maurice. O Ocidente, espelho partido: uma avaliação parcial da antropologia social, acompanhada de algumas perspectivas. Trad. Heloisa Jahn. **RBCS**, São Paulo, n° 28, ano 8, p. 5-21, fev./1993.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Trad. Regina H. Fróes e Leonardo Fróes. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n° 24, p. 68-75, 1996.

HARARI, Yuval N. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 3ª ed. Porto Alegre: LP&M, 2015.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **RBCS**, São Paulo, vol. 13, n° 37, p. 33-41, jun./1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções**

⁴ Proposta de novo artigo com um conceito de História.

- científicas.** Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan:** estudo de sociologia rural. Trad. Ana C. M. Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Suzana F. Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MARTINS, José de S. **Uma sociologia da vida cotidiana:** ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Trad. Maria D. Alexandre e Maria A. S. Dória. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem simples e ensaios correlatos.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- QUINTANA, Mário. **Poesia completa.** Organização de Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- RAMOS, Alberto G. **A redução sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional:** estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. 2. ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. 2ª ed. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 13-36.
- ROUANET, Sergio P. **As razões do iluminismo.** 4ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- STREECK, Wolfgang. How to study contemporary capitalism? **European Journal of Sociology**, v. 53, p. 1-28, may./2012.
- THOMPSON, Edward P. A lógica histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.